

A Educação Pública em São Paulo Na Última Década

Este documento é uma contribuição aos debates do XXIII Congresso da Apeoesp

Proletários da Educação

Apresentação

Desde Karl Marx, já se sabe que é a base material da sociedade que modela as ideias, a cultura, as leis, a justiça, a educação. Esta base material, conformada pela propriedade privada dos meios de produção (fábricas, terras, bancos, etc) tornou-se ainda mais absoluta com o advento do capitalismo, modo de produção vigente e solidamente estabelecido desde meados do século XIX, com a revolução industrial na Inglaterra, mas, antes disso, tem suas origens numa nova classe emergente, que, paulatinamente foi surgindo após a derrocada do feudalismo, a burguesia comercial. Do escravismo da antiguidade ao feudalismo após a queda do império romano e deste, ao capitalismo, sistema de exploração de escravos modernos, é a base material que tudo determina.

A educação, como qualquer outra esfera social, está inserida nos moldes do regime capitalista, por este é determinada até a espinha dorsal. A classe dominante, a burguesia, detentora do poder e da propriedade privada, não abre mão de uma educação ampla e irrestrita para seus membros, mas, às massas assalariadas exploradas, destina uma formação o menos restrita possível, para formação de mão de obra (força de trabalho), apenas necessária para manter a aferição da mais valia e de melhores taxas de lucro, do controle político e social dos oprimidos em vista a permanência e da vigência da exploração do trabalho, adequando-se os mecanismos educacionais, currículos, grau de importância as necessidades do grande capital. A educação no capitalismo visa além da formação de força de trabalho uma dominação tanto ideológica quanto física (organizativa). Ideológica, no sentido do disciplinamento à legislação oficial, à docilidade e pacificidade como classe trabalhadora e consumidora essencialmente. Uma força de trabalho totalmente alienada de si mesma, como classe para si. A educação no capitalismo

visa a sujeição ao Estado, pela força das leis, do parlamento e da igreja (religião); pela força física, pela repressão, pela polícia.

A história de todas as sociedades até os nossos dias tem sido a história da luta de classes: burgueses (proprietários dos meios de produção) versus proletários / trabalhadores assalariados (proprietários da força de trabalho). E a educação, principalmente a educação oficial, insere-se nesse processo de luta de classes.

Uma atividade realmente transformadora por parte dos educadores e demais trabalhadores afins do setor educacional só começará a fazer sentido, a dar resultado, se estes compreenderem que os problemas por que passa a educação, principalmente a educação pública, têm origem no modelo de produção vigente, no capitalismo (base material que modela a sociedade); se compreenderem aspectos da conjuntura mundial deste regime e as conseqüentes particularidades nacionais.

A ação prática, o trabalho militante, a organização nos locais de trabalho, nos sindicatos, deve ser uma constância na vida dos educadores, caso contrário fica muito mais fácil para o Estado burguês impor suas medidas e suas reformas, a exemplo do que ocorre com enfrentamento de fachada que a APEOESP faz ao Governo de SP. Os professores da rede pública de SP já há muito sofrem com as ações danosas dos últimos governos do PSDB e, para piorar, o Sindicato faz mais é jogo de cena que qualquer outra coisa; sequer tem lutado coerentemente por salário digno para os mestres; não mostra firmeza nas reivindicações mais básicas da categoria; não coloca os professores em movimento para levar a cabo mudanças significativas na educação, pois o método que usam (direção majoritária + oposição alternativa) é o do palanque eleitoral, da pressão parlamentar.

Nos últimos quinze anos, em São Paulo, O Governo do PSDB tem golpeado o professorado com medidas as mais diversas, desde aquelas “legais” e disciplinadoras ao congelamento salarial absoluto, ao mesmo tempo em que o custo de vida aumenta sem parar. Tem precarizado a educação em todos os níveis, desde a formalização e oficialização da “melhoria” do ensino, com a diplomação de milhares de estudantes em idade escolar (Progressão Continuada, aliás, Aprovação Automática) e Ensino de Jovens e Adultos (EJA) até a contratação precária de

professores e muita repressão no interior das escolas.

O que importa para o Governo é melhorar os índices oficiais de escolaridade da população e reduzir gasto do Estado na Educação, bem como na saúde e serviços sócias em geral. Para isto, a aprovação automática e as péssimas condições salário e de trabalho dos professores constituem um mero detalhe, sem nenhuma interferência na qualidade de ensino. A razão desta política se deve à adequação do projeto neoliberal ditado pela ONU, por meio de seus departamentos com FMI, UNESCO e UNICEF, que visa minimizar recursos e atender a demanda sem levar em conta a (real) formação dos alunos.

O rebaixamento do nível d ensino é necessário tanto aos qualificados quanto aos não qualificados profissionalmente, para que permaneçam escravos do sistema, praticamente impedidos de lutar e reivindicar pelos seus direitos. Desta forma, a burguesia assegura o controle dos meios de produção em suas mão, Somente uma pequena elite de técnicos, geralmente dos países imperialistas, tem acesso à formação completa e ao domínio tecnológico, porém os “técnicos e a mão de obra especializada” dos países oprimidos se encontram totalmente marcados pela divisão do trabalho, à mercê das manobras em favor de maiores taxas de lucro.

Neste contexto, o jovem da escola pública se vê alijado do ensino, freqüentando a escola quase sem nenhuma perspectiva de aprendizagem e muito menos de inserção no mundo do trabalho tendo por base o conteúdo escolar, ou, mesmo quando inserido, em condições precárias e com baixíssimos salários (por exemplo, operadores de telemarketing).

O alto desenvolvimento técnico dos meios de produção e a crise de superprodução capitalista têm colocado na rua centenas de milhares de trabalhadores, sem nenhuma perspectiva de trabalho digno num futuro próximo e, inevitavelmente, para continuar sobrevivendo, muitos são lançados à informalidade. Quanto às exigências para trabalho especializado, que são bem particulares, impedem a compreensão do processo de produção com um todo. Mesmo assim, a ganância por manter e / ou aumentar as taxas de lucro, leva à implementação de novas tecnologias, tornando obsoletos os objetos técnicos (celulares, mp3, mp4, iPods,

computadores e internet), bem como, em muitos casos, as especialidades. Por isso, várias profissões já desapareceram e mesmo disciplinas escolares poderão deixar de existir num futuro próximo (disciplinas com Comércio Exterior estão saindo de cena, pois as transações internacionais realizam-se, cada vez mais, entre as corporações e suas filiais, além de empresas terceirizadas. Que dizer então de disciplinas como Física, Química e até Matemática, tão necessárias à formação técnica e teórica? Notadamente para a juventude, o quadro é bastante sombrio.

Com esses acontecimentos em larga escala, a burguesia e seus governos não dão a mínima para escolarização dos trabalhadores. Quanto menos gastam, tanto melhor. Já que as empresas dispõem de mão de obra à vontade (exército de reserva). O papel da educação, nestas condições, resume-se em manter as aparências: a escola faz de conta que ensina e, por conseguinte, o professor e o aluno são enganados e violentados.

Aprender realmente nunca foi uma tarefa fácil, em qualquer idade, mas quando se é criança, o aprendizado é muito mais complicado que parece. Fatores como a inexperiência, maturidade e a dispersão com o mundo à sua volta, tornam o ato bem mais complexo para a criança. Pouca gente aprende de forma espontânea; em geral temos que nos concentrar para obtermos resultados. Eis um dos maiores problemas para os pequenos de hoje: São influências de todos os níveis, com os chamados objetos técnicos a que nos referimos acima, os quais exercem influência quase incessante na vida das crianças e adolescentes (estes, muitas vezes, até a idade pré-adulta), tornando-os mais dispersos que o normal, com destaque para as tarefas escolares (desde as mais simples). Não há a mínima concentração para os estudos, o que, conseqüentemente, quase que inviabiliza o ingresso de muito jovens nas universidades públicas (do pouco que resta, as que mantêm alguma excelência)

Todos esses problemas acabam por gerar uma tremenda barreira entre o ensino e aprendizagem, fazendo com que a vida dos professores seja uma tormenta e caso de saúde pública.

Histórico

Mudanças e reformas educacionais em SP

As tarefas e os desafios do professorado e demais trabalhadores em educação

As mudanças introduzidas na educação pública oficial do Estado de São Paulo, a partir de janeiro de 1995, ocorreram em função das deliberações da Conferência Mundial “Educação Para Todos”, realizada em Jomtien, na Tailândia (1990), pela Unesco, Unicef, PNUD e Banco Mundial.

1. Principais deliberações daquela Conferência:

- a) Erradicar o analfabetismo;
 - b) Universalizar a educação fundamental;
 - c) Centralidade do **aprender a aprender** em contraposição ao ensino tradicional (transmissão do conhecimento); como instrumento da modernização, comparece a ênfase primordial no construtivismo.
 - d) Como forma de materialização de tais políticas se vislumbra o arcabouço de torná-las necessidades, ou seja, da modernização e da melhoria da qualidade do ensino, de eliminar a evasão e a repetência escolar;
 - e) Descentralização administrativa e financeira;
 - f) Aumentar a porcentagem do PIB-educação e a eficiência dos gastos, serviços e programas de educação básica, de forma a otimizar recursos; priorizar a educação fundamental;
 - g) dividir responsabilidades entre Estado e a sociedade, através de parcerias com empresas, comunidade, municipalização do ensino fundamental;
 - h) Introdução do ensino à distância e da aprendizagem voltada para as novas tecnologias, entre muitos outros indicativos.
2. O governo brasileiro, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, dando continuidade a seus antecessores e aos ditames da Conferência de Jomtien, por meio do MEC, criou um Grupo Executivo, o qual fora constituído por representantes do próprio MEC, do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (CONSED) e da União Nacional dos Dirigentes

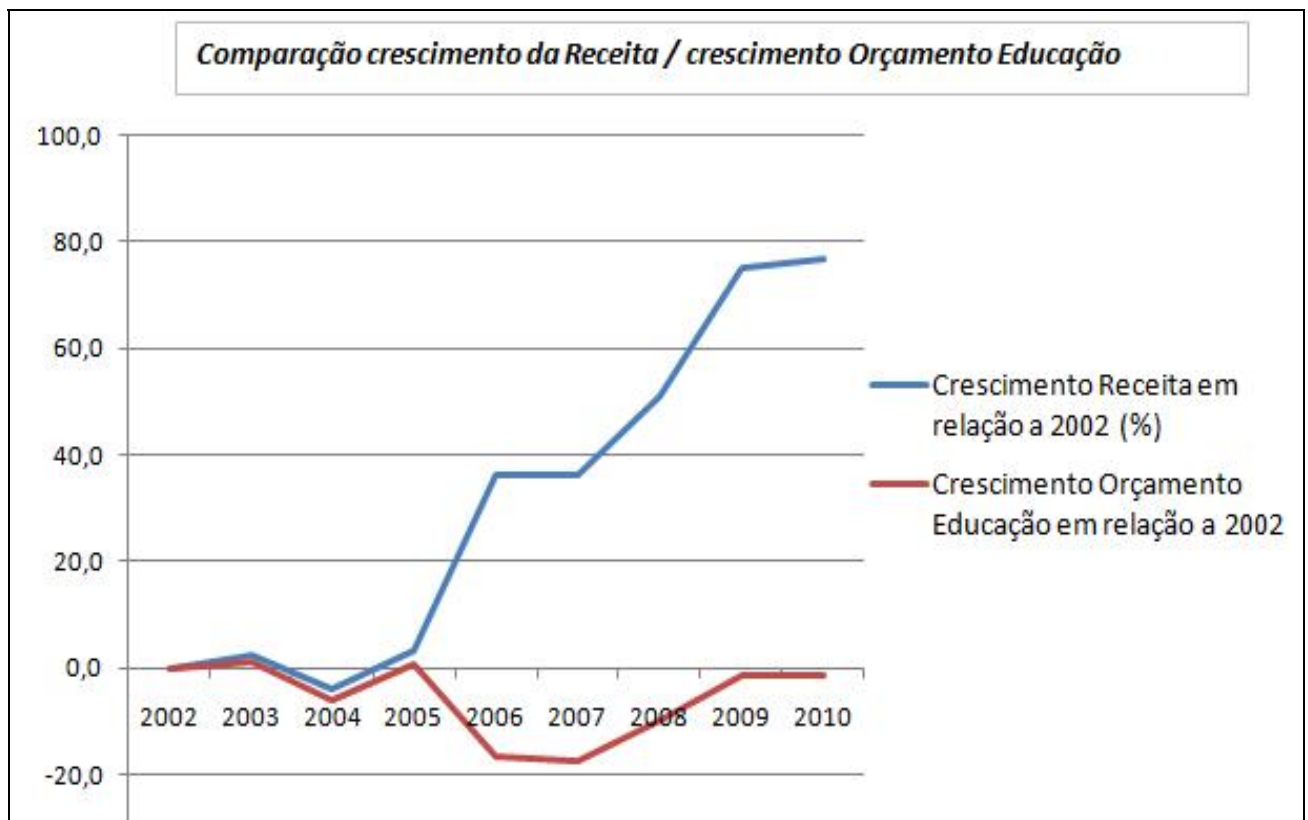
Municipais de Educação (UNDIME).

3. Instituiu, também, o Comitê Consultivo do Plano, integrado inicialmente pelas seguintes entidades: CONSED e a UNDIME, Conselho Federal de Educação (CFE); Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB); Confederação Nacional das Indústrias (CNI); Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/Movimento de Educação de Base (CNBB/MEB), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), UNESCO e UNICEF. Posteriormente, este colegiado foi ampliado, incluindo-se o Fórum dos Conselhos Estaduais de Educação, a Confederação Nacional das Mulheres do Brasil (CNMB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Ministério da Justiça.
4. Enfim, com toda a pomposidade da participação democrática, se elaborou o **Plano Decenal brasileiro**, documento elaborado em 1993 pelo Ministério da Educação (MEC) e destinado a cumprir, no período de uma **década (1993 a 2003)**, as metas da Conferência Mundial de “**Educação Para Todos**”, **realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990**,
5. Em seguida, deram-se a aprovação da **EC nº 14, de 12 de setembro de 1996** e da **Lei 9.394** (a **LDB**, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996);
6. Em São Paulo, estas façanhas foram complementadas com dezenas de Resoluções, Portarias, Orientações, Decretos e Leis, resultantes em mudanças significativas na estrutura administrativa, de financiamento, de gestão do ensino e das relações trabalhistas professores/funcionários, da avaliação da aprendizagem e dos próprios saberes dos professores da rede;
7. Como resultante destas medidas, temos a desvalorização dos professores, imposições para que estes façam verdadeiros milagres em matéria de aprendizagem e disciplina, cujos resultados são um verdadeiro caos para a educação, com piora significativa no ensino e aprendizagem, gerando um ambiente ainda mais propício à violência, principalmente contra o professor. Uma barbárie!
8. Tais mudanças realizam-se sempre acompanhadas dos famosos discursos da universalização do ensino, da modernização e da melhoria da qualidade do ensino/aprendizagem (toda mercadoria para ser vendida necessita-se de ser cunhada algumas necessidades, ou melhor: se transformada em

necessidades);

9. Temos visto a escolha entre dois dos requisitos financeiros apontados na Conferência de Jomtien, os quais enfatizavam a necessidade de se aumentar a porcentagem do PIB-educação e a eficiência dos gastos, serviços e programas de educação básica, de forma a otimizar recursos.

Os governantes paulistas dos últimos anos seguiram à risca todos os princípios neoliberais exigidos pelo grande capital imperialista e seus técnicos, e, entre estes dois indicativos, de aumento do PIB-educação e eficiência dos gastos os governos paulista dos últimos 15 anos se enveredaram apenas na contenção de gastos. Ver gráfico sobre a evolução orçamentária e a porcentagem gasta na educação no Estado de São Paulo:



fonte: <http://www.tijolaco.com/?p=10372>

10. A situação da rede do ensino oficial de São Paulo

I - Das fundamentações quanto às necessidades:

- a) Universalização do ensino;

- b) A modernização do ensino – esta deve dar lugar à aprendizagem, ao conhecimento, ao pensar, ao refletir e ao resolver novos desafios das incontáveis atividades dinâmicas que caracterizam a economia global dos tempos modernos, e tudo isso para acompanhar as mudanças tecnológicas (formação das competências);
- c) Sociedade do conhecimento;
- d) Melhoria da qualidade do ensino;
- e) Acabar com a repetência;
- f) Inclusão social, quanto aos portadores de deficiências;
- g) Inclusão social, quanto ao fim da repetência;
- h) Ensino para o trabalho e para formar cidadãos;
- i) Diante da globalização perversa – re-humanização do ser e do sistema econômico e social;
- j) Dos processos seletivos (provas para atribuição de aulas), dos concursos públicos com várias fases eliminatórias, da promoção pelo mérito, etc.

II - Como instrumento de diminuir os gastos com educação:

- a) Fechamento de salas e escolas, com a conseqüente superlotação das salas de aulas;
- b) Implementação da aprovação automática – como forma de os alunos permanecerem menos tempo na escola. Eles fluem pela rede!
- c) Diminuição dos funcionários e precarização da estrutura – escolas e salas de aulas sem condições para quase nada.
- d) Arrocho salarial – categoria sem aumento de salário há vários anos;
- e) Limitação das licenças médicas e faltas que eram de direito
- f) Contratação de funcionários terceirizados
- g) Contratação de professores temporários e precarizados – trabalha um ano e fica outro ano sem contrato para não se pagar direitos trabalhistas;
- h) tentativas de implementar o trabalho voluntário na escola;
- i) municipalização do ensino, como forma de se livrar de responsabilidade e do ônus financeiro, maior precarização;

III - Da precarização do ensino em si; da divisão da categoria e dos instrumentos pré-fascistas

A política das gratificações e do bônus-mérito versus campanha salarial

- a) das gratificações e gratificações parceladas
- b) do bônus-mérito
- c) da prova como instrumento de atribuição de aulas e de aumento salarial
- d) da municipalização do ensino
- e) das provinhas para professor ter aulas atribuídas e do concurso público seguido de curso com 3º fase do concurso
- f) do fim da liberdade de cátedra
- g) da gratificação diferenciada para gestores e a inclusão dos coordenadores pedagógicos como gestores, da superioridade, do controle e supervisão destes sobre os docentes

IV - do aprender a aprender (construtivismo) versus transmissão do conhecimento como parte da implementação do toyotismo voltado para a educação

- a) Primeiro posicionamento valorativo: aquilo que o indivíduo aprende por si mesmo é superior, em termos educativos e sociais, aquilo que ele aprende por meio da transmissão por outras pessoas e
- b) Segundo posicionamento valorativo: o método de construção do conhecimento é mais importante que o conhecimento já produzido socialmente.
- c) O terceiro posicionamento valorativo seria o de que a atividade do aluno, **para ser verdadeiramente educativa, deve ser impulsionada e dirigida pelos interesses e necessidades da própria criança (centralidade do aluno, depreciação do professor).**

O aluno, além de buscar por si mesmo o conhecimento e construir seu método, precisa também que o motor desse processo seja uma necessidade inerente à sua própria atividade, ou seja, é preciso que a educação esteja inserida de maneira funcional na atividade da criança, na linha da concepção de educação funcional de Claparède (1954).

d) O quarto posicionamento valorativo é o de que a educação deve **preparar os indivíduos para que acompanhem a sociedade em acelerado processo de mudança**, ou melhor:

- enquanto a **educação tradicional seria resultante de sociedades estáticas, nas quais a transmissão dos conhecimentos e tradições produzidos pelas gerações passadas era suficiente para assegurar a**

formação das novas gerações, a nova educação deve pautar-se no fato de que vivemos em uma sociedade dinâmica, na qual as transformações em ritmo acelerado tornam os conhecimentos cada vez mais provisórios, pois um conhecimento que hoje é tido como verdadeiro pode ser superado em poucos anos ou mesmo em alguns meses;

- O indivíduo que não aprender a se atualizar estará condenado ao eterno anacronismo, à eterna defasagem de seus conhecimentos.
- Uma versão contemporânea desse posicionamento aparece no livro do autor português Vitor da Fonseca, intitulado *Aprender a aprender: a educabilidade cognitiva* (Fonseca, 1998). Ao abordar as mudanças na economia global e suas implicações para uma formação de recursos humanos que esteja à altura dos desafios do século XXI, esse autor afirma o seguinte:
 - a) A miopia gerencial e arrogante e a resistência à mudança, que paira em grande parte no sistema produtivo, devem dar lugar à aprendizagem, ao conhecimento, ao pensar, ao refletir e ao resolver novos desafios da atividade dinâmica que caracteriza a economia global dos tempos modernos.
 - b) Tal mundialização da economia só se identifica com uma gestão do imprevisível e da excelência, gestão essa contra a rotina, contra a mera redução de custos e contra a simples manutenção.
 - c) Em vez de se situarem numa perspectiva de trabalho seguro e estático, durante toda a vida, os empresários e os trabalhadores devem cada vez mais investir no desenvolvimento do seu potencial de adaptabilidade e de empregabilidade, o que é algo substantivamente diferente do que se tem praticado.
 - d) O êxito do empresário e do trabalhador no século XXI terá muito a ver com a maximização das suas competências cognitivas.
 - e) Cada um deles produzirá mais na razão direta de sua maior capacidade de aprender a aprender, na medida em que o que o empresário e o trabalhador conhecem e fazem hoje não é sinônimo de sucesso no futuro. [...]
 - f) A capacidade de adaptação e de aprender a aprender e a re-aprender, tão necessária para milhares de trabalhadores que terão de ser re-convertidos em vez de despedidos, a flexibilidade e modificabilidade para novos postos de trabalho surgirão cada vez com mais veemência.
 - g) Com a redução dos trabalhadores agrícolas e dos operários industriais, os postos de emprego que restam vão ser mais disputados, e tais postos de trabalho terão que ser conquistados pelos trabalhadores preparados e diferenciados em termos cognitivos [Fonseca, 1998, p. 307].(Duarte, Newton, 2003, p. 9-11).

V - As funções ideológicas desempenhadas pela crença na assim chamada sociedade do conhecimento, segundo Duarte, 2003.

- enfraquecer as críticas radicais ao capitalismo e ,
- enfraquecer a luta por uma revolução socialista que leve a uma superação radical do capitalismo,
- gerar a crença de que a luta pela revolução socialista teria sido superada pela preocupação com outras questões “mais atuais”, tais como: a questão da ética na política e na vida cotidiana; pela defesa dos direitos do cidadão e do consumidor; pela consciência ecológica; pelo respeito às diferenças sexuais, étnicas ou de qualquer outra natureza; pela cooperação capital trabalho..

VI. As ilusões da sociedade do conhecimento:

- **Primeira ilusão:** o conhecimento nunca esteve tão acessível como hoje, isto é, vivemos numa sociedade na qual o acesso ao conhecimento foi amplamente democratizado pelos meios de comunicação, pela informática, pela internet etc.
- **Segunda ilusão:** a capacidade para lidar de forma criativa com situações singulares no cotidiano, ou, como diria Perrenoud, a habilidade de mobilizar conhecimentos, é muito mais importante que a aquisição de conhecimentos teóricos, especialmente nos dias de hoje, quando já estariam superadas as teorias pautadas em metanarrativas, isto é, estariam superadas as tentativas de elaboração de grandes sínteses teóricas sobre a história, a sociedade e o ser humano.
- Terceira ilusão: o conhecimento não é apropriação da realidade pelo pensamento, mas sim uma construção subjetiva resultante de processos semióticos intersubjetivos, nos quais ocorre uma negociação de significados. O que confere validade ao conhecimento são os contratos culturais, isto é, **o conhecimento é uma convenção cultural.**
- Quarta ilusão: os conhecimentos têm todos o mesmo valor, não havendo entre eles hierarquia quanto à sua qualidade ou quanto ao seu poder explicativo da realidade natural e social.
- **Quinta ilusão:**
 - a) o apelo à consciência dos indivíduos, seja por meio das palavras, seja por meio dos bons exemplos dados por outros indivíduos ou por comunidades, constitui o caminho para a superação dos grandes problemas da humanidade.
 - b) Essa ilusão contém uma outra, qual seja, a de que esses grandes problemas existem como consequência de determinadas mentalidades. As concepções idealistas da educação apóiam-se todas em tal ilusão. Essa é a razão da difusão, pela mídia, de certas experiências educacionais tidas como aquelas que estariam criando um futuro melhor pela preparação das novas gerações.

- c) acabar com as guerras seria algo possível por meio de experiências educativas que cultivem a tolerância entre as crianças e jovens.
- d) a guerra é vista como conseqüência de processos primariamente subjetivos ou, no máximo intersubjetivos.
- e) nessa direção, a guerra entre os Estados Unidos da América e Afeganistão, por exemplo, é vista como conseqüência do despreparo das pessoas para conviverem com as diferenças culturais, como conseqüências da intolerância, do fanatismo religioso.
- f) deixa-se de lado toda uma complexa realidade política e econômica gerada pelo imperialismo norte americano e multiplicam-se os apelos românticos ao cultivo do respeito às diferenças culturais. (Duarte, Newton, 2003, p. 14-15).
- g) Choque de civilizações não mais luta de classes. A partir de 90, com a queda do muro de Berlim e o fim da guerra fria, com o fim do “comunismo” segundo a burguesia não há mais luta de classes e sim choque culturais.

VII - A dança das categorias entre o professorado paulista:

- Categoria dos Efetivos (docentes concursados) – alguns cumprindo estágio probatório (são avaliados por um certo período);
- **Categoria “F”** - Contratados até a Lei Complementar nº 1.010, de 1º de junho de 2007, que passarão por uma Prova para concorrer à atribuição de aulas;
- **Categoria “L”** - que se encontravam admitidos após 1º de junho de 2007 até 17 de julho de 2009, em função da Lei Complementar 1.093, de 16 de julho de 2009 de São Paulo - a prorrogação da contratação até o final do ano de 2011, sem que haja interrupção do mínimo de 200 dias;
- **Categoria “O”** - Contratados após 17 de julho de 2009. Conforme Lei complementar, assegurou-se aos docentes temporários “categoria L”, que se encontravam admitidos em 17 de julho de 2009, a prorrogação da contratação até o final do ano de 2011, sem que haja interrupção do mínimo de 200 dias.

Conclusões:

- Os últimos governos de São Paulo remeteram para a educação oficial a cartilha integral dos organismos do grande capital internacional, da burguesia imperialista;
- além desta marca seguidista dos ditames imperialistas, estes governos, ao menos na educação, mostraram-se incompetentes, com falta de planejamento de médio e

longo prazo, desorganizado e agindo com ações momentâneas, desajustadas, tentando consertar erros grosseiros por medidas de linha dura e impopulares.

- Podemos com certeza afirmar que a marca registrada, destes governos do PSDB há 16 no poder, foi o desrespeito à educação, aos professores, estudantes, enfim, aos trabalhadores que são obrigados a manter seus filhos na rede pública.

E quanto ao futuro?! Na continuidade desta política, nada de bom podemos esperar.

Os professores devem retomar o Sindicato (Apeoesp) para os objetivos proletários, juntando-se aos alunos (fortificar um poderoso movimento estudantil) e, juntamente com a comunidade, organizar-se: unindo forças com o movimento operário, na luta direta e no poder da contra ideologia burguesa, assumir a defesa da modernidade como sendo o planejamento da política educacional guiada para a escola do trabalho, uma escola voltada no planejar e produzir a vida coletivo, para todos, no interior do modo de produção capitalista, na luta de classe para si, visando o fim deste regime. Uma escola voltada para os oprimidos e não para o capital, não voltada, como ocorre hoje, para a decadência do modo de produção capitalista, mas sim, por **sua derrocada**, com o planejar e produzir para todos, não mais para a apropriação individual do trabalho coletivo, na inter-relação teórico/prática e na conquista do conhecimento acumulado pela humanidade.

Devemos ter claro que:

- por trás do discurso de modernidade e de qualidade do ensino/aprendizagem, arrasta-se uma crise estrutural do modo de produção vigente, sem precedentes na história, envolvendo as forças produtivas no contraditório de alto desenvolvimento tecnológico, alta capacidade produtiva e miséria humana, com estagnação e retrocesso destas mesmas forças produtivas em sua totalidade, impondo mudanças nas relações de produção e também na educação oficial;
- as ambigüidades entre o tecnicismo produtivo, dos meios de comunicação e dos entretenimentos modernos e as interferências na relação professor/aluno/escola;
- as forças produtivas atuais e, por sua vez, o nortear da educação oficial, se realizam ao tom da busca de preparar força de trabalho e do exército de reserva no sentido de propiciar melhores taxas de lucro, na concorrência desenfreada

utilizando-se das novas invenções tecnológicas, que se modernizam e envelhecem em questão de semanas e dias, afetando e impondo modificações na composição da taxa de lucro;

- as mudanças em curso na educação de São Paulo atendem pressupostos de uma nova postura do Estado (do público para o privado), da diminuição do Estado para os serviços públicos, a exemplo do que ocorre na educação, saúde, previdência social, etc.;

- diante da barbárie econômica e social que reserva o modo de produção capitalista a democracia deve ser aprimorada no sentido de dotar o Estado e a produção com instrumentos pré-fascistas, de ilusões, de idealização do reverter a barbarização da sociedade, de humanizar o capital e de uma re-humanização, no sentido da cidadania (conciliação de classes);

- com os objetivos da educação oficial nos patamares atuais, impõe-se um novo perfil e carreira para o professor;

- o professor da modernidade, da educação norteada nas mudanças paulistas, de fato, se proletarizará. Não no sentido do proletário moderno, como definido por Marx, mas de um proletário que se guiará pelas cartilhas do Estado, pelas ordens da gestão, que apertará e formará apertadores de botões, que tirará as rebarbas, mediando o diálogo em si, “quando possível”, em uma educação da *meia escrita*, da leitura visualizada no sentido da volta para a própria sociedade globalizada “do conhecimento”, no sentido do “contínuo aprender a aprender”, na verdade, no “salve-se quem puder”;

- a precarização educativa e as relações trabalhistas comparecem com sinônimo de toyotismo e de sociedade guiada pelo Estado pré-fascista.

Por meio da organização da luta em defesa da educação pública, científica, laica e de qualidade como um direito de todos;

Da unificação do professorado com o movimento operário, estudantil e popular para conquistarmos, na luta direta, defendemos:

- **Salário mínimo vital em início de carreira (de 5 mil reais)** por uma jornada de 20 horas semanais, compatível com as necessidades básicas, tais como alimentação da família, vestuário, saúde, moradia, transporte, lazer, acesso à cultura e às artes, educação e aperfeiçoamento profissional contínuo.

- Escala Móvel de salários, ou seja: aumento deste salário mínimo vital automaticamente de acordo com o aumento do custo de vida;
- Escala móvel das horas de trabalho, ou melhor: distribuição das horas-aula da rede pública a todos os profissionais habilitados, com a conseqüente redistribuição da jornada assim que aumentar as horas-aula e os profissionais habilitados;
- No máximo 20 alunos por sala de aula no Ensino Fundamental. E no máximo 25 para o Ensino Médio;
- Plano de carreira visando o aperfeiçoamento contínuo do professor / saber e à melhoria salarial;
- Estruturação da rede pública com prédios adequados ao ensino/aprendizagem; funcionários, apoio escolar com base no desenvolvimento tecnológico existente;
- Garantia e ampliação de todos os direitos sociais e trabalhistas conquistados;
- Fim de toda a legislação voltada para a precarização do ensino, para a violência contra os professores, alunos, funcionários e comunidade;
- Fim das cartilhas, da aprovação automática, das provinhas e provões!
- Abaixo a política de bonificações!
- Abaixo a política de conciliação de classes e o eleitoralismo do PT, PSTU, CUT, Conlutas e InterSindical!
- Abaixo o pré-fascismo do Estado!
- Abaixo o capitalismo decadente!
- Viva a socialização dos meios de produção, que significa, também, a socialização do conhecimento, da cultura, das artes e da retomada do desenvolvimento humano!

Diadema/SP, 03 de setembro de 2010.

Assinam: **Proletários da Educação**
e-mail: **proletarios@proletariosmarxistas.com**

Referencias Bibliográficas

CONTRERAS, José. A autonomia de professores. São Paulo: Cortez, 2002.

COSTA, Áurea, NETO, Edgard, SOUZA, Gilberto, A Proletarização do Professor, Editora Instituto, José Luis e Rosa Sudermann, São Paulo, 2009.

Duarte, Newton, Vigotski e o “Aprender a aprender”, Editora Autores Associados, 2000.

Duarte, Newton, Sociedade do Conhecimento ou Sociedade das Ilusões?, Autores Associados, 2008.

Duarte, Newton, (organizador) Sobre o Construtivismo, Autores Associados, 2005.

HARGREAVES, Andy. O ensino na sociedade do conhecimento: educação na era da insegurança. Porto Alegre: Artmed, 2003.

LEFEBRE, Henri, Lógica Formal, Lógica Dialética, Editora Civilização brasileira, Rio de Janeiro, 1991

Morin, Edgar, O Pensar Complexo e a crise da modernidade, Copyright, 1999.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, 2006.

Perrenoud, Phillipe, Construir as competências desde a escola. Porto Alegre, Artes Médicas, 1999..

Perrenoud, Phillipe, “A arte de construir competências”. Revista Nova Escola, São Paulo, Abril Cultural, set, 2000.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.

VIGOTSKI, A formação social da mente, Martins Fontes, 2008.